

# “O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista”

: embates políticos nas páginas da imprensa carioca (1919)

*Juliana Amorim*

Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de  
Campinas (Unicamp)

## Resumo

Em setembro de 1919, o escritor Domingos Ribeiro Filho (1875-1942) foi objeto de denúncia e perseguição em função de sua militância política. O episódio o levou a renegar publicamente sua adesão ao ideário anarquista. A repercussão e exploração do caso pela imprensa resultaria no afastamento do literato do movimento anarquista, assim como marcaria o encerramento de sua carreira literária como romancista. Trata-se, neste artigo, de compreender o papel central que a imprensa exerceu nesse episódio, constituindo-se como agente decisivo nesse processo, conferindo-lhe relevância e, no limite, determinando o seu desfecho. Para isso, são analisadas notícias publicadas sobre o caso em diferentes jornais da época, como o *Correio da Manhã*, *A Noite* e *Gazeta de Notícias*. Ao examinar e problematizar um episódio como esse, é possível revelar os limites concretos da atuação política impostos a um militante anarquista, no Rio de Janeiro da Primeira República, pela realidade material e os dilemas de seu respectivo contexto. Longe de entender a história de Domingos Ribeiro Filho como a trajetória imaculada e “heroica” de um anarquista, trata-se de compreendê-la à luz de suas contradições, ambiguidades e condições frequentemente adversas – numa abordagem típica do campo da história social e interessada no agenciamento do processo histórico por um indivíduo e seus embates nas páginas da imprensa.

**Palavras-chave** Domingos Ribeiro Filho – anarquismo – imprensa – Primeira República.

## Submissão

04/07/2025

## Aprovação

06/11/2025

## Publicação

05/02/2026

## "O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista": Political Clashes in the Pages of the Rio de Janeiro Press (1919)

### Abstract

In September 1919, the writer Domingos Ribeiro Filho (1875-1942) was denounced and persecuted for his political militancy. The episode led him to publicly renounce his support for anarchist ideology. The repercussions and the exploitation of the case by the press resulted in the writer's departure from the anarchist movement, as well as marking the end of his literary career as a novelist. This article seeks to understand the central role that the press played in this episode, constituting itself as a decisive agent in this process, giving it relevance and, ultimately, determining its outcome. To this end, we analyze news articles published about the case in different newspapers of the time, such as *Correio da Manhã*, *A Noite* and *Gazeta de Notícias*. By examining and problematizing an episode like this, it is possible to reveal the concrete limits of political action imposed on an anarchist militancy in Rio de Janeiro during the First Republic, by the material reality and the dilemmas of his respective context. Far from understanding the story of Domingos Ribeiro Filho as the immaculate and "heroic" trajectory of an anarchist, it is a matter of understanding it in light of its contradictions, ambiguities and often adverse conditions – in an approach typical of the field of social history and interested in the management of the historical process by an individual and his clashes in the pages of the press.

**Keywords** Domingos Ribeiro Filho – anarchism – press – First Republic

## "O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista": enfrentamientos políticos en las páginas de la prensa de Río de Janeiro (1919)

### Resumen

En septiembre de 1919, el escritor Domingos Ribeiro Filho (1875-1942) fue denunciado y perseguido por su activismo político. Este episodio lo llevó a renunciar públicamente a su apoyo a la ideología anarquista. La repercusión y la instrumentalización del caso por parte de la prensa provocaron su alejamiento del movimiento anarquista, además de marcar el fin de su carrera literaria como novelista. Este artículo busca comprender el papel central que desempeñó la prensa en este episodio, constituyéndose en un agente decisivo en este proceso, dándole relevancia y, en última instancia, determinando su desenlace. Para ello, analizamos noticias publicadas sobre el caso en diferentes periódicos de la época, como *Correio da Manhã*, *A Noite* y *Gazeta de Notícias*. Al examinar y problematizar un episodio como este, es posible revelar los límites concretos de la acción política que la realidad material y los dilemas de su respectivo contexto impusieron a un activista anarquista en Río de Janeiro durante la Primera República. Lejos de entender la historia de Domingos Ribeiro Filho como la trayectoria inmaculada y "heroica" de un anarquista, se trata de comprenderla a la luz de sus contradicciones, ambigüedades y condiciones muchas veces adversas – en un enfoque típico del campo de la historia social e interesado en la gestión del proceso histórico por parte de un individuo y sus enfrentamientos en las páginas de la prensa.

**Palabras clave** Domingos Ribeiro Filho – anarquismo – prensa – Primera República

### A campanha anti-maximalista nas páginas da imprensa carioca

**E**m 17 de setembro de 1919, o *Correio da Manhã*, jornal carioca dirigido por Edmundo Bittencourt, trazia em sua terceira página um longo texto sobre a presença do chamado maximalismo<sup>1</sup> na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. O assunto não era nenhuma novidade àquela altura. Ganhando crescente destaque nas páginas da imprensa naqueles últimos anos, o maximalismo aparecia frequentemente atrelado às mobilizações do movimento operário brasileiro, bem como às manifestações de diferentes segmentos militantes e libertários no país. Sob a ótica da imprensa e do discurso amplamente propagado pelas autoridades naquele momento, o que essas mobilizações teriam em comum seria a “subversiva” influência dos eventos que balançavam o outro lado do mundo, a partir da Revolução bolchevique na Rússia, iniciada em 1917.

O texto a que me refiro, veiculado no matutino de Bittencourt naquele dia, chamava-se “O maximalismo no Rio”. Trata-se da publicação de um relato feito pelo Dr. Nascimento Silva, então 3º delegado auxiliar da polícia do Rio de Janeiro, dos autos de um inquérito específico, cujo processo acompanhava um caso recente de “agitação maximalista”. Este, por sua vez, referia-se a um conflito ocorrido entre a polícia e operários que participavam de um comício na sede da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro (UOCC), então localizada na Praça da República, nº 231, no centro da cidade.<sup>2</sup> Ao longo do relato reproduzido no jornal, Nascimento Silva chamava a atenção para o caráter “inflamado” que via nas agitações daquele comício, cuja ação contava com a presença de oradores que incitavam, segundo

1 Durante a Primeira República, o termo “maximalismo” era “comumente tomado, nem sempre de forma mais adequada, como sinônimo de marxismo, bolchevismo e comunismo”. Ainda segundo Maurício Silva, “tinhasse claro na época a associação do mesmo termo com o advento da Revolução Russa de 1917”. Não é o objetivo deste artigo propor discussão teórica ou conceitual sobre o termo em questão. O mesmo é reproduzido ao longo deste texto porque é assim empregado nos jornais e impressos que são alvo de nosso escrutínio. De qualquer modo, convém registrar que o termo “maximalista” aparecia em disputa naquele contexto, ora usado pela imprensa e pelas autoridades para se referir às diferentes mobilizações dos trabalhadores, ora se estendendo até mesmo às manifestações de grupos anarquistas e libertários. Cf.: SILVA, M. “Primeira República e o maximalismo no Brasil”. *Leitura*, n. 12 (142), São Paulo, mar. 1994.

2 Segundo Eduardo de Oliveira, “a União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro, fundada em 1915 ainda como União Geral da Construção Civil (UGCC), foi uma importante associação de trabalhadores cariocas na Primeira República. De orientação anarquista, protagonizou greves e protestos, bem como enfrentamentos com a polícia, especialmente entre 1919 e 1922. Neste período, em que a UOCC anunciava ter 14 mil associados, confrontos ocorreram em diferentes pontos da cidade mas, principalmente, nas duas sedes que a entidade ocupou neste período”. Cf.: OLIVEIRA, E. de. “União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro (RJ)”. *Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT)*. 06 abr. 2023. Disponível em: <<https://lehmt.org/lmt-121-uniao-dos-operarios-da-construcao-civil-do-rio-de-janeiro-rj-eduardo-de-oliveira/>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

afirmava, os trabalhadores à revolução, para “se implantar no Brasil um governo semelhante ao da Rússia”. O delegado assim declarava:

Desorientados das boas normas estão sendo infelizmente operários nacionais que influenciados por orações inflamadas e insinceras, se deixam arrastar para o motim, para a anarquia, para o crime.

Imbuídos de ideais irrealizáveis, pretendendo um absolutismo igualitário impraticável, cometem uma série de atos que, no benefício coletivo, desafiam a intervenção da autoridade.<sup>3</sup>

Vale destacar que, não por acaso, a afirmação de que os operários nacionais estariam sendo “desorientados das boas normas” sugere relação com uma ideia que acabou ganhando força naquele contexto: a de que o anarquismo se tratava de uma “planta exótica”.<sup>4</sup> Amplamente propagada pela imprensa e pelas autoridades durante a Primeira República no Brasil, essa compreensão buscou relacionar a propaganda anarquista com a presença dos imigrantes que aportavam no país naquele contexto. Nessa lógica, seriam esses os sujeitos a “desviarem” os trabalhadores nacionais. Convém registrar, porém, que se trata de uma visão já contestada por diferentes historiadores, cujas pesquisas apontam para a difusão, propaganda e prática da cultura libertária no Brasil como um movimento de via de mão dupla. Ou seja, longe de serem entendidos como receptores passivos, os trabalhadores brasileiros devem ser compreendidos como sujeitos que não só apreenderam, como também transformaram as ideias e práticas vindas d’além mar.<sup>5</sup> Dessa forma, o fizeram de acordo com as particularidades, demandas e questões de sua própria realidade histórica.

De volta à mobilização na sede da UOCC, consta que a polícia não tardou a chegar ao local. Como o próprio Dr. Nascimento Silva não se furtou em afirmar, as forças policiais vinham “seguindo os passos, restringindo-lhes os impulsos”, tipo de ação que denominavam como sendo de caráter “preventivo” frente às manifestações dos trabalhadores e outros segmentos descontentes com a situação do país.<sup>6</sup> Assim, não demorou muito para que o delegado logo contasse com a presença de outro colega

3 “O maximalismo no Rio: o Dr. Nascimento Silva relata os autos do inquérito sobre o conflito provocado por agitadores, na Praça da República”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 set.1919. p. 3. Na transcrição desta e das demais citações optou-se por atualizar a grafia.

4 SAMIS, A. “*Minha pátria é o mundo inteiro*”: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. p. 106.

5 TOLEDO, E. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; 1)

6 *Correio da Manhã*, 17 set.1919. p. 3.

policial ao seu lado, Bolivar Jacques, que prontamente solicitaria um contingente de policiais para auxiliá-los no trato da situação que escalava na Praça da República:

Entusiasmada a multidão com tais oratórias, não tardou a desordem [...]. Mandei então que o referido comissário Bolivar fosse intimar o orador a pôr termo ao discurso, que era subversivo.

Aquele agente da autoridade partiu, com um guarda civil e um soldado, a desempenhar-se da incumbência, enquanto eu o seguia até a sede social. Não havia o comissário alcançado o meio da escada, quando, de cima, lhe atiraram projeteis, um dos quais, atingindo-o, o prostrou sem sentidos.

Foi o início da agressão. Daí generalizou-se ela com uma violência sem igual [...].

A única providência que me cabia no momento foi a que adotei: fiz dissolver os grupos e prender os mais exaltados, os cabeças do motim.<sup>7</sup>

Tudo o que o texto em questão oferecia ao leitor era uma interpretação dos fatos a partir da ótica policial. Aquele que assim desejasse não conseguiria conhecer, ao menos a partir deste relato, a versão e interpretação dos operários que também estiveram envolvidos naquela ocasião. Não por acaso, a longa declaração do delegado Nascimento Silva seria algumas vezes reproduzida, naquela mesma semana, em diferentes jornais cariocas, entre eles *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *A Noite*.<sup>8</sup> Sua repetida reprodução indica o quanto a notícia circulou e vinha sendo comentada na cidade do Rio naqueles últimos dias. O desfecho da confusão, segundo a versão relatada nos jornais, se deu dessa forma: com a voz de prisão e o encaminhamento dos trabalhadores “mais exaltados” à delegacia.<sup>9</sup>

Mas o que nos interessa notar aqui, para dar cabo à discussão proposta neste artigo, é que nesse relato, publicado no *Correio da Manhã* no dia 17 de setembro, ganhava destaque também uma longa relação dos nomes dos indivíduos supostamente envolvidos na manifestação. Ao lado destes, eram ali indicadas suas exatas atividades laborais – carpinteiros, barbeiros, marceneiros – e, em alguns casos, seu conhecido vínculo com o movimento anarquista. Logo abaixo da matéria, justamente sob o título “Os anarquistas denunciados”, o que se lia era uma nova lista que, destinada a relacionar ainda mais nomes, indicava outros tantos militantes, os quais também integravam o grupo denunciado no inquérito em questão. Por fim, informava a matéria

7 *Correio da Manhã*, 17 set.1919. p. 3.

8 Ver, por exemplo: “As manifestações operárias”. *Gazeta de Notícias*, n. 251, 11 set.1919, p. 5; “Os agitadores”. *O Paiz*, n. 12754, 11 set.1919, p. 4; “Movimento anarquista: a ação da polícia”. *A Noite*, n. 2788, 16 set.1919. p. 2.

9 *Correio da Manhã*, 17 set.1919. p. 3.

que a versão final do documento seguiria para as mãos do próprio Ministro da Justiça, então Alfredo Pinto Vieira de Mello (1863-1923).<sup>10</sup>

O que se buscava, dessa forma, era sinalizar a gravidade das consequências legais a que estariam sujeitos os apoiadores e militantes subversivos, servindo para intimidá-los e, em última instância, como um alerta para quem insistisse em trilhar os mesmos caminhos. Mas o que esses dois artigos também faziam era indicar o tom dos interesses aos quais o jornal parecia se alinhar: sublinhando que a justiça estava “agindo muito prontamente contra os agitadores”,<sup>11</sup> o impresso marcava sua posição diante dessa discussão. Posicionamento este que também seria possível notar no espaço significativo – e exclusivo – que o jornal vinha reservando em suas páginas aos relatos e interpretações ditas “oficiais”, isto é, de representantes e outras autoridades do governo. Mais do que reportar as diferentes manifestações de trabalhadores e de outros grupos descontentes, identificando-as recorrentemente sob o guarda-chuva do “maximalismo”, as inúmeras matérias que vinham sendo publicadas naquele contexto endossavam, em última instância, a posição tomada pelo Estado brasileiro: faziam coro à voz da repressão, perseguição e contenção desses segmentos, sob o pretexto de preservação da ordem pública.

Assim, enquanto a terceira página do jornal, naquele mesmo dia 17, reservava três extensas e centrais colunas ao relato e denúncia dos apoiadores do maximalismo, sua página seguinte trazia uma nota que, sem autoria identificada e no bojo da campanha anti-maximalista, parecia tentar emplacar a denúncia de mais um nome. Nem marceneiro, nem carpinteiro, nem operário de fábrica dessa vez. Diferentemente dos “agitadores” denunciados naquele primeiro caso, o nome a que se referia a nota apócrifa era Domingos Ribeiro Filho, funcionário público, amanuense e 2º oficial da Secretaria da Guerra do Rio de Janeiro.

A princípio, a nota em nada parecia se relacionar com a notícia do conflito que eclodiu na Praça da República. Isso porque, essencialmente, ela tratava dos desdobramentos de outro episódio: a recente apreensão feita pela polícia do jornal *Spártacus*, impresso de tendência anarquista que vinha sendo publicado no Rio de Janeiro naqueles últimos meses. Sugestivamente intitulada “O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista”, a nota declarava o seguinte:

10 Foi chefe de polícia da capital federal entre 1906 e 1909 e professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Convidado por Epiácio Pessoa para o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, seria nomeado em decreto de 28 de julho de 1919. Cf.: “MELLO, Alfredo Pinto Vieira de”. *Supremo Tribunal Federal* – República. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/verMinistro.asp?periodo=STF&id=197>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

11 “Os anarquistas denunciados”. *Correio da Manhã*, 17 set.1919. p. 3.

Os números do jornal anarquista *Spártacus* traziam artigos incendiários cujo autor, num arroubo de coragem, afrontando a fúria anti-maximalista da polícia, assinava por extenso, num desafio, o seu próprio nome: *Domingos Ribeiro Filho*.

Ora, esse nome assim mesmo, igualzinho, com todas as letras, sem falta de uma só letra mesmo, é o de um 2º oficial da Secretaria da Guerra, o que seria uma interessante extravagância – a Secretaria da Guerra com um tão vibrante, tão apaixonado, tão corajoso propagandista do regime vermelho. De fato, o 2º oficial Domingos Ribeiro Filho estaria em uma situação que não era das mais invejáveis, sendo leninista e ao mesmo tempo funcionário de uma repartição militar. Vai daí, o mesmíssimo senhor, 2º oficial, pega da pena e faz uma carta ao diretor da sua repartição, dizendo que o propagandista do *Spártacus* não é, nem por sombra, o signatário da carta, que, nesse documento, declara, para evitar confusões, que é tudo menos anarquista, porque o que ele é, na verdade é um cidadão pacífico, morigerado, amante das instituições vigentes, amigo da lei e da ordem e, portanto, a negação completa do maximalista. E dizendo isto, considerava-se como tendo feito prova bastante de que os artigos da *Spártacus* não eram de sua lavra.<sup>12</sup>

E a nota do *Correio da Manhã* se encerrava da seguinte maneira:

Não sabemos até que ponto o diretor da Secretaria da Guerra acreditou na palavra do seu 2º oficial. O que sabemos é que a polícia, a cujas mãos foi ter a carta do 2º oficial, apurou que não há nesse caso duas pessoas; e não há porque o Domingos Ribeiro Filho do *Spártacus*, por uma coincidência interessante, tem os mesmos traços fisionômicos do funcionário da Guerra, e, para maior coincidência ainda, é também colega do signatário da carta na mesma repartição, onde, por ainda outra coincidência, é também 2º oficial... Como se vê, no meio de tantas coincidências, o sr. Domingos Ribeiro tinha mesmo motivos de dar uma explicação ao seu diretor...<sup>13</sup>

Nesta altura, é necessário que voltemos rapidamente ao primeiro texto aqui mencionado, o relato do delegado Nascimento Silva. Isto porque, apesar de longa, sua declaração suprimia um detalhe importante para a compreensão desse emaranhado de episódios: naquele dia 9 de setembro, cerca de 600 operários haviam se concentrado na Praça da República, em frente ao sobrado cuja UOCC estava sediada, porque protestavam justamente contra a apreensão do jornal mencionado acima, o *Spártacus*.<sup>14</sup> No dia anterior, 8 de setembro, a polícia havia invadido a redação do periódico,

12 “O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista”. *Correio da Manhã*, n. 7506. Rio de Janeiro, 17 set.1919. p. 4.

13 “O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista”. *Correio da Manhã*, n. 7506. Rio de Janeiro, 17 set.1919. p. 4.

14 OLIVEIRA, E. de. “União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro (RJ)”. *Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT)*. 06 abr. 2023. Disponível em: <<https://lehmt.org/lmt-121-uniao-dos-operarios-da-construcao-civil-do-rio-de-janeiro-rj-eduardo-de-oliveira/>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

apreendendo as edições publicadas no último dia 6. O que o relato do delegado não esclarecia, quiçá intencionalmente, era que a movimentação na praça havia ocorrido como resposta dos trabalhadores a um episódio recente de repressão policial, e não como mera “agitação”, supostamente desprovida de organização e propósito.

Afirma o historiador Eduardo de Oliveira que, “naquele ano, o presidente da entidade [UOCC] era o português José Madeira, pintor” e que, desde 1917, “já havia sido preso ao menos cinco vezes, sendo por isso conhecido pela polícia como ‘agitador anarquista’”. Ainda segundo o pesquisador, a despeito da identificação ideológica do líder da organização naquele ano de 1919, a UOCC era, de fato, “de tendência anarquista”. Frequentemente valia-se, inclusive, dos meios de “ação direta”, protagonizando diversos enfrentamentos com a polícia.<sup>15</sup> E isso talvez possa nos explicar, em parte, a sua pronta mobilização diante da apreensão do *Spártacus*.

Quando da apreensão do periódico, o jornal *A Noite*, de Irineu Marinho, apressou-se para estampar naquele mesmo dia a quente notícia do confisco. No centro da segunda página, a matéria informava o seguinte:

O Sr. Dr. chefe de polícia determinara a apreensão de toda a edição do “Spártacus”, jornal que defende ideias anarquistas. [...] Os jornalheiros não se opuseram absolutamente às determinações da polícia [...]

Procuramos ouvir de S. Ex. a explicação, e o Sr. Dr. Geminiano da Franca assim nol-a [sic] explicou:

A deliberação que tomei, de fazer a apreensão do “Spártacus” – estou convencido – é perfeitamente justificável. Este jornal vem pregando abertamente a dissolução do regime governamental. E não se limita apenas a expandir ideias, aconselha até, para que sejam triunfantes, que se pratique o assassinio de vários vultos. Ainda no número de hoje lá está um artigo, perfeitamente subversivo, em que a morte de Lloyd George e outros é pregada como necessidade. Como se vê, o jornal não se limita apenas à defesa de teorias, vai além, atenta contra as nossas leis. Determinei a apreensão, e farei processar os responsáveis pela edição ou redação [...], pois a mim se afigura que incidiram no crime previsto no artigo 126 do Código Penal.<sup>16</sup>

Mencionado pelo Dr. Geminiano da Franca, o artigo 126 do Código Penal brasileiro, então promulgado em 1890, decretava que aquele que provocasse

15 A própria UOCC comunicaria, em 1922 e depois de um período de atuação clandestina, seus objetivos enquanto organização e a tendência à qual se filiava, através de informe publicado na imprensa: “Esta associação declara por meio da imprensa que não abandona os meios de ação direta, revolucionária, anarquista que continua no seu programa”. Cf.: OLIVEIRA, E. de. “União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro (RJ)”. *Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT)*. 06 abr. 2023. Disponível em: <<https://lehmt.org/lmt-121-uniao-dos-operarios-da-construcao-civil-do-rio-de-janeiro-rj-eduardo-de-oliveira/>> . Acesso em: 29 jun. 2025.

16 “Foi apreendido o jornal ‘Spártacus’”. *A Noite*, n. 2780, 08 set.1919. p. 2.

diretamente “por escritos impressos ou litografados, que se distribuïrem por mais de 15 pessoas” a prática dos crimes prescritos nos capítulos 1 e 2 do referido documento, estaria sujeito à prisão. Já a pena, por sua vez, poderia variar de 1 a 3 meses de reclusão.<sup>17</sup> Em suma, aqui também estava sinalizada a gravidade das consequências legais a que estariam sujeitos, neste caso, militantes e demais apoiadores do jornal em questão.

Neste artigo, a proposta é lançar luz ao que aconteceu, após a apreensão do *Spártacus*, com um escritor e colaborador em especial, Domingos Ribeiro Filho, que àquela altura vinha militando nas fileiras anarquistas havia cerca de duas décadas. Ribeiro Filho não chegaria a ser preso, tampouco seus camaradas de jornal – ao menos naquela ocasião. Ocorre que, no bojo dessa intensa campanha contra anarquistas e “maximalistas”, a atividade política e subversiva de um funcionário do Ministério da Guerra ganharia demasiada proporção. O caso de Ribeiro Filho se faz interessante porque, entre todos os colaboradores do *Spártacus*, a imprensa carioca mostrou-se especialmente interessada, naquele momento, na exploração da notícia da identificação política do 2º oficial da Secretaria da Guerra. Não é difícil chegar à conclusão de que sua militância política contrariava e, no limite, contestava, precisamente tudo aquilo que a instituição na qual trabalhava vinha a representar na jovem república brasileira. Ao lançarem luz para a aparente incoerência – e afronta, como ressaltava-se – desse fato, alguns veículos de imprensa parecem ter exercido papel central na denúncia pública que resultou na perseguição a Domingos Ribeiro Filho, evidenciando a relevância e a repercussão do caso.

E essa repercussão traria consequências irremediáveis para a trajetória política e para a vida pessoal deste personagem. Como veremos com detalhes nas próximas páginas, entre assegurar um trabalho que lhe garantia sobrevivência material, ou permanecer compromissado com a propaganda e militância anarquista – que seguia sob a mira constante do Estado –, coube a Domingos Ribeiro Filho fazer a sua escolha. Muito provavelmente a ela se somaria, também, o medo plausível de uma eventual prisão, que àquela altura ainda permanecia à espreita do amanuense, diante da possibilidade concreta de ser indiciado à luz do artigo 128 do Código Penal brasileiro. Afinal, o alerta estampava até mesmo os jornais. Fato é que, quando resolveu se pronunciar sobre a denúncia, nas páginas da mesma imprensa que o havia exposto, já parecia ser capaz de esboçar o modo como seus camaradas de uma vida inteira de luta poderiam vir a compreender sua decisão: como “um caso de covardia moral”.<sup>18</sup>

17 BRASIL. “Decreto nº 847”. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil*. Promulgado em 11 out.1890.

18 “O maximalismo no Rio: a respeito do seu caso, fala-nos o sr. Domingos Ribeiro Filho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

### Um amanuense subversivo

Àquela altura, no agitado setembro de 1919, Domingos Ribeiro Filho já contabilizava 44 anos de idade. Desses, 18 vinham sendo empregados como funcionário público do Ministério da Guerra, no qual havia ingressado por concurso, em janeiro de 1900. Atuando, por sua vez, desde dezembro de 1907, como amanuense em uma das repartições da Secretaria da Guerra,<sup>19</sup> trabalhava de segunda a sexta-feira, das 10 às 15 horas, em um prédio localizado no centro da cidade, ao lado da Central do Brasil e em frente à Praça da República. Exatamente a mesma praça, aliás, que viria a ser palco do conflito entre a polícia e os trabalhadores da UOCC.

Domingos Antonio Alves Ribeiro Filho nasceu no ano de 1875, em Macaé, cidade litorânea do norte fluminense. Ainda jovem, se mudou para a capital, onde permaneceria até o fim da vida. Seu último endereço seria a rua Leopoldo Miguez, localizada em uma Copacabana muito diferente dos dias atuais, onde faleceria a 6 de julho de 1942, aos 67 anos de idade.<sup>20</sup>

Quando de seu falecimento, entretanto, já “estava esquecido” e “as novas gerações não o conheciam”,<sup>21</sup> como afirmaria certa vez Astrojildo Pereira, com quem nutriu longa amizade. Fato é que, apesar do ostracismo que se mantém até os dias atuais, Domingos Ribeiro Filho foi um militante de intensa atuação no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Se, no presente, segue mergulhado no esquecimento, no passado, em vida, foi um escritor e jornalista conhecido e reconhecido entre seus pares. Além da intensa e destacada atuação na imprensa, seria um militante anarquista engajado durante as duas primeiras décadas do século XX. Morreria, já nos anos 1940, contudo, dizendo-se “comunista e orgulhoso de suas convicções marxísticas”,<sup>22</sup> embora até o momento não tenham sido encontradas fontes que indiquem que tenha se filiado ao Partido Comunista Brasileiro.

Sua trajetória na imprensa começaria cedo. Como outros à época, Ribeiro Filho viu nas páginas de jornais e revistas um caminho possível para se publicar e se fazer

19 AMORIM, J. *Domingos Ribeiro Filho: entre a crônica e a militância política na revista Careta (1924-1934)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025. p. 75. Domingos Ribeiro Filho exerceu função de amanuense primeiro no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, entre 13 de janeiro de 1900 e 30 de novembro de 1907, data em que consta sua nomeação como amanuense da Secretaria da Guerra. Tomaria posse a 2 de dezembro daquele ano. Ver: BRASIL, *Relatórios do Ministério da Guerra*, 1914. p. 448. Disponível em: «<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0027&pesq=%22Domingos%20Antonio%20Alves%20Ribeiro%20Filho%22&pagfis=8702>». Acesso em: 20 jun. 2025.

20 AMORIM, J. *Domingos Ribeiro Filho: entre a crônica e a militância política na revista Careta (1924-1934)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025. p. 77.

21 PEREIRA, A. “Domingos Ribeiro Filho”. *Diretrizes*, n. 107. Rio de Janeiro, 16 jul. 1942. p. 13.

22 PEREIRA, A. “Domingos Ribeiro Filho”. *Tribuna Popular*, n. 48. Rio de Janeiro, 15 jul. 1945. p. 10. O termo “marxísticas” foi empregado tal como usado pelo autor.

escritor. Mas logo perceberia os muitos desafios inerentes à construção de uma carreira literária no início do século XX, no Brasil. Afinal, o que recebia pelo trabalho com a pena esteve longe de lhe assegurar suficiente sustento para que pudesse sobreviver apenas da literatura. Muito provavelmente foi por conta disso que, também como outros jovens literatos, buscou no funcionalismo público a possibilidade de garantir uma renda fixa mensal, que lhe permitisse pagar as contas e continuar escrevendo.

E foi na busca por se fazer escritor que, ainda em finais do século XIX, Domingos Ribeiro Filho surgiria como colaborador da *Revista Contemporanea*, de Cardoso Junior. Daí em diante publicaria em inúmeras revistas ilustradas, como *A Avenida*, *Fon-Fon!*, *Kosmos*, *D. Quixote*, *O Filhote* e *A Estação Teatral*. Mas seria na renomada *Careta* (1908-1960), semanário que conjugava a crítica social e de costumes com a sátira em suas edições, em que publicaria de forma mais assídua, consolidando sua mais extensa contribuição na imprensa. Ali, escreveria centenas de crônicas, dezenas de artigos e alguns contos, além de assinar, entre 1924 e 1934, sua principal coluna, a “Looping the Loop”. Seção de abertura da *Careta*, na “Looping the Loop” Ribeiro Filho comentaria, através da crônica, assuntos em voga na sociedade brasileira entre as décadas de 1920 e 1930. Nela discorreu, por exemplo, sobre a liberdade e emancipação femininas, a xenofobia, a carestia da vida e a situação das letras no país. Mas também se mostraria atento aos acontecimentos do cenário internacional, denunciando as consequências e destruição oriundas dos diferentes imperialismos.

É importante destacar que, paralelamente, o escritor também figurou na chamada imprensa engajada,<sup>23</sup> colaborando em periódicos diversos, sobretudo aqueles produzidos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Escreveu, entre outros impressos, para *A Plebe*, *Na Barricada*, *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, *O Debate* e *A Vida*.

23 A expressão “imprensa engajada” é utilizada neste artigo para se referir aos impressos em torno dos quais se organizaram anarquistas, militantes libertários, trabalhadores e operários entre fins do século XIX e o primeiro quartel do XX, no Brasil. A exemplo do que preceituam Silvia Magnani (1982), Maria Nazareth Ferreira (1988) e Francisco Foot Hardman (1984), tratam-se, em linhas gerais, de jornais, revistas e impressos diversos que foram construídos e circularam como uma ferramenta e modo de luta da classe trabalhadora brasileira que se organizava enquanto tal, da qual também militantes e solidários às ideias libertárias (como o anarquismo e o sindicalismo, por exemplo) fizeram parte naquele contexto. Nesse sentido, são veículos que publicaram suas reflexões, propostas e discursos libertários, de modo a atuar como um instrumento de informação, conscientização e mobilização das “massas”. Cf.: MAGNANI, S. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982; FERREIRA, M N. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Atica, 1988; HARDMAN, F. F. *Nem pátria, nem patrão!: vida operária e cultura anarquista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Assim como seu início na grande imprensa,<sup>24</sup> sua aproximação das ideias anarquistas também convergiu com o momento de virada do século XIX para o XX. Teria sido na redação da *Revista Contemporanea*, que circulou entre 1899 e 1901, ao lado de nomes como Cardoso Junior e Nestor Victor, que o jovem escritor teria se aproximado de obras, ideias e autores expoentes da tradição libertária. Isto porque ali, na redação do periódico, eram discutidos destacados teóricos anarquistas, a exemplo de Piotr Kropotkin (1842-1921), bem como outros adeptos do movimento que ficaram amplamente conhecidos à época, como Mikhail Bakunin (1814-1876) e o francês François Ravachol (1859-1892), conforme registrou certa feita o memorialista Luiz Edmundo, em edição do suplemento literário do *Correio da Manhã*, publicado em dezembro de 1935.<sup>25</sup>

Assim, já em *Sê Feliz!*, seu romance de estreia, publicado em folhetim n’*Avenida*, no ano de 1904, não surpreende que encontremos na história referências às ideias e à propaganda anarquista, além da presença de personagens que se filiavam abertamente a essa corrente – como é o caso, por exemplo, de Constantino, o protagonista. Fato é que construiria, a partir de então, uma produção ficcional à luz das ideias libertárias, totalizando a publicação de cinco romances. E a partir deles se dedicaria à escrita do que denominaria como “estudos de uma moral”. Vistos em seu conjunto e apesar da particularidade inerente a cada uma das histórias, seus romances propuseram pensar e questionar as formas de se relacionar afetiva-sexualmente, estabelecidas por determinados padrões. Nessas obras, o autor defendeu a prática e construção de novos arranjos morais, distantes dos moldes burgueses que ditavam as relações à época.

A preocupação com a defesa de uma nova moral – e, aqui convém ressaltar, também de uma nova moral sexual, a partir da centralidade conferida à condição social da mulher – está entre os elementos centrais do conjunto de sua obra ficcional. Assim, o escritor publicaria mais quatro romances além do primeiro, o único a ser lançado em folhetim. São eles: *O Cravo Vermelho* (1907), pela M. Piedade & C – Editores; *Vãs Torturas* (1911), por J. Ribeiro dos Santos (RJ); *Uma paixão de mulher* (1913), sob o

24 Já a expressão “grande imprensa”, a exemplo do que argumenta Tânia Regina De Luca, é usada neste artigo para se referir a impressos que têm em sua natureza uma finalidade comercial e empresarial, diferentemente daqueles voltados à militância ou declaradamente ligados à propaganda política. Portanto, dentro dos limites deste texto, destaco que a intenção não é a de propor ou abordar, de qual forma seja, uma discussão conceitual sobre o termo em questão, e sim apenas de usá-lo como uma expressão cuja finalidade é a de indicar jornais e revistas que circularam na imprensa brasileira, na primeira metade do século XX, a partir da dinâmica empresarial-comercial. Para uma discussão mais aprofundada sobre “grande imprensa”, suas definições e usos conceituais, ver: LUCA, T. R. de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil* [2ª ed.]. São Paulo: Contexto, 2020.

25 EDMUNDO, L. “O Rio de Janeiro do meu tempo”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 dez.1935. p. 21.

pseudônimo feminino de Cecília Mariz, publicado pela editora francesa Maison Sud-America; e, por fim, a novela *Miserere* (1919), publicada pela Casa Ferreira de Mattos & Cia. Portanto, é possível afirmar que Domingos Ribeiro Filho fez da literatura um instrumento privilegiado para o exercício de sua militância política, conferindo a ela centralidade em sua forma de atuar e agir politicamente.

Como vimos até aqui, suas ideias e, no limite, sua própria militância política estiveram longe de serem professadas secretamente. Ao contrário, eram facilmente encontradas nas páginas dos diferentes jornais e revistas em que vinha publicando. Também estampavam, declaradamente, os romances de cunho anarquista que lançou ao longo das duas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro.

Fato é que não deixa de ser curioso observar que, até 1919 (quando seria, enfim, denunciado publicamente nas páginas da imprensa), sua atividade política parece não ter resultado em um problema ou mesmo conflito para o seu trabalho como amanuense no Ministério da Guerra. Ao menos não foram encontrados, até aqui, indícios ou fontes que indiquem o contrário. Ao mesmo tempo, é interessante notar o momento em que essa aparente “harmonia” sofreria um abalo significativo: com a apreensão das edições do *Spártacus*, a militância política do amanuense da Secretaria da Guerra se tornaria um caso de polícia, noticiado e amplamente explorado nas páginas da imprensa carioca. E isso é o que parece ter funcionado como uma espécie de estopim para a quebra de uma relação que aparentava viver, até então, sob algum equilíbrio. Diante desse fato, que naquele momento passava a reunir comprometedoras provas, podemos conjecturar que ao diretor da Secretaria, chefe de Domingos Ribeiro Filho, parecia não ter sobrado outra opção que não a de exigir respostas de seu subordinado.

### **Domingos Ribeiro Filho, *Spártacus* e sua apreensão: no rastro das denúncias**

A apreensão do *Spártacus* se daria no bojo da intensificação das perseguições e campanhas contra o anarquismo e o maximalismo no país, encabeçadas pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Naquele contexto, precedido por “uma greve que interrompeu o funcionamento de cinco dos mais importantes estabelecimentos gráficos do Rio de Janeiro”, foi ordenado que “fossem retirados das estações ferroviárias e dos correios todos os exemplares de *A Plebe* e, no dia 8 de setembro, ordenaram a apreensão da edição do *Spártacus* do dia 6 de setembro”, sob o argumento de que o jornal continha “linguagem desabrida”. Dessa forma, suas edições foram

compreendidas como “ultraje à autoridade das instituições e do governo”.<sup>26</sup> Ora, não é difícil chegar à conclusão de que, para um funcionário do Ministério da Guerra, cuja instituição “cuidava da defesa nacional e velava pela segurança do regime republicano”,<sup>27</sup> a colaboração nessas páginas poderia ser vista como um ato ainda mais grave.

Lançado a 2 de agosto de 1919, o jornal *Spártacus* (1919-1920) surgia como órgão de comunicação oficial da seção carioca do partido comunista-anarquista, fundado naquele mesmo ano.<sup>28</sup> Na esteira da Revolução Russa de 1917, segmentos da militância libertária também souberam apropriar-se da influência deste acontecimento para propagação de seus pressupostos, uma vez que a “Revolução Russa se mostrava como um evento interessante para a propaganda do anarquismo no país, bem como sua ação no movimento operário”.<sup>29</sup> Assim como outras publicações libertárias naquele contexto, *Spártacus* se somou à defesa da importância da revolução bolchevique “não apenas para a classe trabalhadora russa, mas para o operariado em escala global”, destacando-a como um evento que servia de estímulo e confiança para “a consumação da tão almejada Revolução Social”.<sup>30</sup> Conforme esclarecia em seu primeiro número, logo na página 1, *Spártacus* carregava como proposta a defesa da “revolução social dos nossos dias”.<sup>31</sup>

A direção e redação do jornal ficaram a cargo de Astrojildo Pereira e Santos Barbosa. Suas edições semanais contaram com a colaboração de escritores e militantes de diferentes lugares do país, entre eles, nomes como José Oiticica, Fábio Luz e Roberto Feijó. Na grande maioria das edições publicadas, o periódico surgiu conformado em apenas quatro páginas, com longos textos veiculados e diagramados de modo a ocuparem praticamente o espaço inteiro da folha.<sup>32</sup> Depois de 24 números publicados, em janeiro de 1920 o periódico encerraria sua circulação.

Como defende André Santoro Fernandes, o jornal *Spártacus*

- 26 DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 92.
- 27 BARBOSA, F. de A. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)* [11ª ed.]. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 134.
- 28 FERNANDES, A. S. *O apóstolo da Anarquia: quatro décadas de militância de José Oiticica*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020. p. 37.
- 29 SANTOS, K. W. dos; FERNANDES, A. S. “A bandeira vermelha e negra: posições políticas e estratégias anarquistas frente à Revolução Russa no Brasil”. *Revista Latino-Americana de História*, v. 7, 2018. p. 65.
- 30 SANTOS, K. W. dos; FERNANDES, A. S. “A bandeira vermelha e negra: posições políticas e estratégias anarquistas frente à Revolução Russa no Brasil”. *Revista Latino-Americana de História*, v. 7, 2018. p. 82.
- 31 *Spártacus*, n. 1. Rio de Janeiro, 2 ago.1919. p. 1.
- 32 Esse formato “tabloide” foi bastante comum entre os impressos produzidos pela/na imprensa operária, cuja diagramação tinha a preocupação de ocupar todo o espaço disponível na folha. Cf.: FERREIRA, M. N. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988. p. 21.

é uma fonte de grande valia para compreendermos como os anarquistas se apropriaram estrategicamente dos eventos revolucionários em curso na Rússia como forma de propaganda e de formação junto aos trabalhadores brasileiros. Ao longo de suas 24 edições mensais, o jornal publicou uma série de textos exaltando a revolução, bem como divulgou textos de expoentes do bolchevismo, como Vladimir Lênin e Leon Trotsky. Anarquistas e bolchevistas, naquele momento, eram colocados lado a lado como sujeitos construindo um processo revolucionário que, na perspectiva libertária, possuía coerência com a tão almejada Revolução Social.<sup>33</sup>

Em suma, a exemplo do que argumentam Kauan Willian dos Santos e André Santoro Fernandes, “as tentativas de relacionar as concepções anarquistas com a atuação bolchevique são indícios de que a classe operária brasileira perpetrava uma apropriação das ocorrências de forma a insuflar o movimento operário local”.<sup>34</sup> É nesse contexto marcado por grande agitação social que o referido periódico surge, visando atuar como instrumento de intervenção social e política em território nacional, igualmente atento às articulações e mobilizações à nível internacional.

Marcados por intensos protestos, greves e manifestações políticas, “os últimos anos da Primeira Guerra Mundial e os primeiros anos do pós-guerra” foram caracterizados por aquilo que Joana Dias Pereira chamou de “um ciclo de agitação social global”.<sup>35</sup> Nessa perspectiva, Edilene Toledo também chamou a atenção para as greves e manifestações experienciadas no Brasil naquele contexto como “parte dos tantos movimentos de trabalhadores ocorridos ao redor do mundo”, que reverberaram não só na capital brasileira, como também em outros pontos do país, a exemplo de São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul. Isto porque, em consonância com a chave explicativa de Pereira, Toledo afirma que

Em várias partes do mundo, houve uma percepção coletiva da oportunidade de melhorar as condições de vida e de trabalho na crescente intervenção do Estado nas áreas econômica e social, na apropriação de formas de organização como associações de bairros e redes informais familiares e comunitárias na mobilização dos trabalhadores e da população e em mediações entre diferentes repertórios de ação coletiva, como as lutas em torno da produção e do consumo.<sup>36</sup>

33 FERNANDES, A. S. *O apóstolo da Anarquia: quatro décadas de militância de José Otílica*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2020. p. 83.

34 SANTOS, K. W. dos; FERNANDES, A. S. “A bandeira vermelha e negra: posições políticas e estratégias anarquistas frente à Revolução Russa no Brasil”. *Revista Latino-Americana de História*, v. 7, 2018. p. 82.

35 PEREIRA, J. D. “O ciclo de agitação social global de 1917-1920”. *Ler História*, n. 66, 2014. p. 1.

36 TOLEDO, E. “Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61. Mai/ago.2017. p. 500.

Esse ciclo de agitação social global do período de 1917 a 1920, “teve um papel crucial na ampliação e politização do movimento operário em todo o mundo, e esses foram também os anos de maior mobilização dos trabalhadores na Primeira República”,<sup>37</sup> conformando um momento fundamental para o processo de construção dos trabalhadores como sujeitos políticos.<sup>38</sup> Em contrapartida, operários, libertários e demais militantes e grupos descontentes, nessa incendiária conjuntura, viram crescer a repressão a suas iniciativas por parte do Estado brasileiro. Como resposta à Greve Geral de 1917, por exemplo, intensificou-se a perseguição através da “ação ostensiva e repressiva de trabalhadores em greve”, com a “expulsão, deportação ou prisão de militantes” e mesmo a partir da “invasão e fechamento das organizações dos trabalhadores: sindicatos, grupos políticos socialistas e anarquistas, jornais”.<sup>39</sup> Essas ações não ficaram restritas à conjuntura de 1917, seguindo no encalço das demais greves que eclodiram no país nos anos seguintes.<sup>40</sup>

É dentro desse caldo cultural, de efervescência das lutas por direitos e melhores condições de vida, mas também de intensificação do dispositivo repressivo estatal<sup>41</sup>, que nosso personagem Domingos Ribeiro Filho apareceria como colaborador regular do *Spártacus*. O início de sua colaboração no jornal só aconteceria, entretanto, a partir do terceiro número do periódico, publicado a 16 de agosto de 1919. Com o texto intitulado “Os grandes gestos”, o primeiro artigo do escritor no *Spártacus* surgia assinado com as iniciais “D.R.F.”.<sup>42</sup> E o assunto que ali se propunha a comentar não era algo desconhecido dos trabalhadores e operários cariocas naquele momento. Isto porque a inauguração de um hospital para as trabalhadoras tuberculosas na cidade, cujo evento contava com a presença da então primeira-dama, Maria da Conceição Sayão Pessoa, mais conhecida como a sra. Mary Pessoa, vinha estampando nos últimos dias as páginas dos jornais da capital.

37 TOLEDO, E. “Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61. Mai/ago.2017. p. 500.

38 GOMES, A. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

39 BIONDI, L.; TOLEDO, E.. *Uma revolta urbana: a Greve Geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. p. 108-109.

40 Ver, por exemplo, SAMIS, A. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política No Brasil*. Imaginário, 2002.

41 Forte repressão policial também seria vista no ano seguinte, por ocasião da chamada insurreição anarquista de 1918, implodida no Rio de Janeiro e que tinha como objetivo a tomada do poder pelos militantes. Entre os organizadores da ação, estiveram José Rodrigues Leite e Oiticica, Agripino Nazaré, Álvaro Palmeira, Ricardo Corrêa Perpétua, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Manuel de Castro e Joaquim Moraes. Cf.: BANDEIRA, L. A. M. *O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 313.

42 D.R.F. “Os grandes gestos”. *Spártacus*, n. 3. Rio de Janeiro, 16 ago.1919. p. 2.

Onze dias antes, em 5 de agosto daquele mês, por exemplo, *O Paiz* informava, sob o título “Religião”, a abertura da Casa de Santa Inez, uma “casa de repouso ou sanatório para moças solteiras trabalhadoras” que se “sentirem enfraquecidas pelo trabalho e em vias de se tornarem tuberculosas”. O jornal, aliás, estampava a notícia sobre a instituição referindo-se a esta como fruto de um “nobre gesto de caridade”, idealizado pela primeira-dama:

Como se vê, é uma instituição admirável, mais do que necessária ao nosso meio, onde é vultuoso, no obituário, o coeficiente de tuberculosos. A Casa de Santa Inez, premonitória de tal modéstia, justamente na classe que ela mais ataca, deve merecer o apoio e o auxílio de todos os bons corações.

Deve-se a ideia de tão nobre instituição à Exma. Sra. Epitácio Pessoa, que já deu para tão humanitário fim um terreno e uma casa na Gávea.<sup>43</sup>

No artigo que publicava no *Spartacus*, Domingos Ribeiro Filho fazia questão de chamar a atenção de seus leitores e companheiros de luta justamente para o paradoxo que circundava o evento em questão, desconstruindo e contestando o gesto de caridade com que os jornais da capital descreviam a nova instituição. Isto porque o autor afirmava que as trabalhadoras contaminavam-se com essa doença por outra razão: pelas péssimas condições de trabalho com as quais tinham que conviver no dia a dia, somando-se a isso as exaustivas jornadas de trabalho respaldadas pelo Estado brasileiro. Assim, Domingos Ribeiro Filho encerrava seu artigo perguntando enfaticamente aos camaradas e leitores do jornal libertário: “(...) a própria instituição desse hospital de amor burguês e de piedade elegante não é a confissão de que o trabalho, o capital, a indústria e o governo fazem vítimas e semeiam a tuberculose entre as mulheres?”<sup>44</sup>

Além deste texto, o primeiro assinado no *Spartacus* por Domingos Ribeiro Filho, o literato publicaria outros três artigos no jornal entre agosto e setembro daquele ano, cuja verve militante e incendiária apareceria de forma destacada. São eles: “Todas as armas”, em 23 de agosto de 1919, no número 4; “Dúvidas e esperanças”, em 30 de agosto de 1919, no número 5; e “As nossas ambições”, em 6 de setembro de 1919, no número 6. Para dar um exemplo dos temas e da abordagem combativa utilizada pelo amanuense no *Spartacus*, vejamos o que escrevia no artigo intitulado “Todas as armas”. Neste texto, Domingos Ribeiro Filho explora o uso da violência e da força como um caminho legítimo para o movimento revolucionário brasileiro, chamando a atenção para o

43 “Religião”. *O Paiz*, n. 12717, 5 ago.1919. p. 8.

44 D.R.F. “Os grandes gestos”. *Spartacus*, n. 3. Rio de Janeiro, 16 ago.1919. p. 2.

contexto turbulento e disputado daqueles anos, marcado por embates diversos entre os trabalhadores e o Estado burguês:

E nós? Que fazemos nós no ardor dessa batalha imensa? Morremos e sofremos como fanáticos que se aprazem de ter razão e que esperam do outro mundo a recompensa evaporada neste.

(...) A burguesia nos aponta os métodos da luta (...). Contra armas, armas, conforme a natureza, natureza igual. O inimigo é o inimigo: o ódio chama-se ódio e o amor chama-se amor.

Na fúria implacável dessa luta entre dois mundos que se enfrentam, o mundo dos revolucionários nus contra os reacionários de armadura de aço, é preciso que o ferro se choque contra o ferro e não contra as ideias; é preciso seguir o inimigo no seu processo sumário de eliminar as palavras de perdão e de piedade, e responder golpe por golpe os ataques furiosos do agressor.

A anarquia teórica e resplandecente jamais conquistará a terra já regada do suor, do sangue e das lágrimas no período infinitamente longo da esperança e da justiça. A humanidade educada nos quartéis, nas fábricas, nas academias e nas repartições pelo estado capitalista só crê na força que ele vê truculenta e covarde. É pela força que a razão conquista. sabeí vós, camaradas do sonho e do ideal, que a vossa angústia é fruto do desarmamento descuidado e ingênuo em que fundamos a vitória irrespondível. Pesarão em nossas mãos inexpertas as armas de alto calibre porque nos pesam na consciência as de baixo calibre da alma da burguesia. E a menos que nós não sejamos por determinismo apenas sombras da humanidade vindoura, que a pequena e sadia humanidade que nos resta faça apelo às armas, todas as armas capturadas ao inimigo nesta interminável batalha que havemos de ganhar.<sup>45</sup>

Exatamente ao lado deste artigo de Ribeiro Filho, *Spártacus* estampava uma notícia sobre o suposto fuzilamento sofrido pelo militante e escritor russo socialista Máximo Gorki.<sup>46</sup> A notícia, que havia sido repassada pelo último telégrafo recebido pelos companheiros do *Spártacus*, trazia uma nova versão do acontecimento, indicando que “o dão como fuzilado pelo inimigo em cujas mãos teria caído prisioneiro, com outros maximalistas”. A nota, que trazia uma fotografia de Gorki, finalizava desse modo:

Em verdade, a notícia não nos surpreende, tanta vez tem sido repetida. Mas as circunstâncias com que a rodeiam agora são bem outras e merecem consideração especial.

45 RIBEIRO FILHO, D. “Todas as armas”. *Spártacus*, n. 4, 23 set.1919. p. 1.

46 Máximo Gorki (1868-1936), pseudônimo de Alexei Maximovitch Peshkov, foi um escritor russo cuja obra destacou-se por forte cunho social. Gorki teve forte atuação na construção do movimento socialista na Rússia e chegou a apoiar, durante certo tempo, os bolcheviques. Além disso, chegou a ajudar a organizar o primeiro jornal do partido bolchevique. Mais tarde, se afastaria do grupo, sendo mesmo exilado da URSS em razão de suas críticas e posições em relação ao movimento revolucionário russo.

Ao ser Gorki fuzilado pelos bolchevistas, da primeira, segunda, terceira vez, todos os jornais burgueses do mundo saltaram de indignação, profligando a crueldade assassina da guarda vermelha, que não poupava sequer a vida ilustre do romancista glorioso... etc etc. Agora dão-no como fuzilado pelos mercenários letões a soldo do reacionarismo cosmopolita e anti-bolchevista e... com lágrimas de crocodilo, limitam-se a lamentar a morte do glorioso romancista...

Mas agora gritamos nós:

– Assassinos! Assassinos! Assassinos!<sup>47</sup>

Sabe-se hoje, entretanto, que a notícia não procedia. Gorki faleceria somente em 1936, em decorrência de uma pneumonia. Mas além de nos apontar para as eventuais dificuldades em averiguar as informações recebidas do outro lado do oceano, esta publicação nos indica também com o que Domingos Ribeiro Filho estava dialogando diretamente. Em outras palavras, a partir da notícia de um acontecimento ocorrido do outro do lado do globo, o escritor comentava sobre a necessidade de armar e organizar, em sua visão, também o movimento revolucionário brasileiro. Afinal, para o autor, enquanto anarquistas e militantes tentassem lutar apenas com ideias e com aquilo que chamou de “anarquia teórica”, morreriam e sofreriam “como fanáticos que se aprazem de ter razão”. Suas palavras ecoavam nítida conexão com o que teria acontecido com Maximo Gorki. Em um contexto marcado por diferentes embates, convocava seus leitores para ousarem se apropriar das mesmas armas utilizadas pelo Estado e pela burguesia, inclusive a violência.

A 6 de setembro de 1919, Domingos Ribeiro Filho assinaria, com seu nome por extenso, aquele que seria seu último artigo no *Spártacus*. Estampando aproximadamente duas extensas colunas na primeira página do jornal, “As nossas ambições” discorria sobre o que os anarquistas ambicionavam em uma nova sociedade, delimitando suas diferenças em relação às ambições nutridas por capitalistas e burgueses. Vejamos o que escrevia o autor de “As nossas ambições”:

Pois é com ela [a ambição] que o burguês pretende argumentar contra a nossa obra anarquista de educação moral e de construção sociológica.

‘Vocês anarquistas, quando não são pérfidos, são utopistas. Pois não é inconcebível uma sociedade de iguais, se a ambição é a causa de todos os desequilíbrios da fortuna social? Falemos franco: vocês estão devorados de ambição!’

Antes de tudo, a anarquia, educando os homens, começa por curar neles essa lastimável gangrena, e depois, se não condenássemos a ambição, o burguês estaria ao nosso lado.

Mas eu levaria o resto do meu tempo a raciocinar e não chegaria a resultado algum porque o burguês, que me lê, estaria escudado de sua imensa má fé.

47 “Maximo Gorki”. *Spártacus*, n. 4. p. 1.

Concordemos. **Sim, nós anarquistas somos ambiciosos, temos uma enorme, uma incoercível, uma desesperadora ambição [...].** Mas a nossa ambição está na história, que o burguês conhece. Ela foi no passado aquele sentimento que ergueu os homens e lhes deu consciência e liberdade [...].

Somos nós todos a ambição suprema, o desejo imoderado e temerário de adquirir toda a verdade humana, todas as liberdades, todo o amor e toda a justiça de uma vida imensa. **Temos a ambição feroz e histérica de conquistar para cada um o que pertence a todos, de reunir em cada mão a fortuna sem par da terra inteira, e de espalhar como um deus nunca, jamais o fez [...].**<sup>48</sup>

Dez dias após a publicação deste combativo texto no *Spártacus*, a 16 de setembro de 1919, o jornal *A Noite* estampava, em primeira mão, uma nota informando o seguinte:

Tendo sido publicados no “*Spártacus*” alguns artigos de propaganda anarquista, com a assinatura de “Domingos Ribeiro Filho”, o 2º oficial da Secretaria da Guerra, de igual nome, escreveu hoje uma carta ao diretor da sua repartição, afirmando-lhe não serem de sua autoria os referidos artigos, porquanto é ele um funcionário público, amante da ordem, respeitador das instituições, não professando ideias anarquistas.

O Dr. chefe de polícia teve notícia dessa carta.<sup>49</sup>

A nota, embora pequena, trazia uma importante informação, para além do evidente objetivo de emplacar a denúncia da atividade política do amanuense. Ela também destacava que o 2º oficial teria mesmo escrito uma carta, a próprio punho, para o seu chefe, diretor da Secretaria da Guerra, em que buscava registrar as devidas explicações quanto ao caso. O que chamava atenção é que nela, entretanto, o amanuense renegava a autoria dos recentes artigos veiculados no *Spártacus*.

Vale notar, ainda, que o texto publicado no jornal *A Noite* não deixava claro como a polícia havia conseguido o acesso à carta do amanuense. Se nos permitíssemos, aqui, conjecturar diante das diferentes possibilidades postas nesse cenário, uma hipótese plausível estaria em que o encaminhamento do documento às autoridades civis se deu por iniciativa do próprio diretor da Secretaria, chefe de Ribeiro Filho. De todo modo, para nos atermos aos indícios concretos, interessa notar que o documento estava circulando. Mais do que isso, seu circuito extrapolava os limites de uma delegacia de polícia: a notícia de sua existência já estampava também as páginas da imprensa carioca.

48 RIBEIRO FILHO, D. “As nossas ambições”. *Spártacus*, n. 6, 6 set.1919. p. 1. [grifos nossos]

49 “Um que não quer ser anarquista”. *A Noite*, n. 2788, 16 set.1919. p. 4.

E circularia rapidamente. Na manhã seguinte, a 17 de setembro de 1919, era o *Correio da Manhã* a estampar o texto intitulado “O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista”,<sup>50</sup> cujo conteúdo foi reproduzido anteriormente neste artigo. Vale lembrar, contudo, que este texto fazia questão de chamar atenção para o uso do nome de Ribeiro Filho por extenso, cuja assinatura completa revelaria, na avaliação do autor – e, no limite, do impresso que veiculava aquela denúncia –, uma verdadeira afronta do amanuense, que assim parecia esquecer de suas atribuições e compromissos, na condição de funcionário do Ministério da Guerra. Naquele mesmo dia, também a *Gazeta de Notícias* estamparia a notícia do episódio, prescindindo igualmente de identificação da autoria. “Tarde veio o arrependimento” vinha conformado em uma pequena nota, no canto direito inferior de sua quinta página:

O 3º oficial da Secretaria da Guerra, Domingos Ribeiro Filho, é um dos colaboradores do jornal anarquista “Spartacus”, cuja edição foi há dias apreendida pela polícia. Querendo, talvez, fugir à responsabilidade dos seus artigos, em carta que dirigiu ao diretor daquela secretaria, declarou não serem da sua autoria os artigos com tal nome firmados. Levada, porém, a sua declaração à polícia, foi verificado que de fato o colaborador da “Spartacus” é o arrependido oficial da Secretaria da Guerra.<sup>51</sup>

Em um intervalo de dois dias, a notícia de sua atividade política subversiva havia sido veiculada em, pelo menos, três jornais de grande expressão e circulação na cidade do Rio de Janeiro: *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *A Noite*. O que todos os artigos-denúncia tinham em comum, para tanto, era a nítida tentativa de explorar a informação de sua filiação ao anarquismo como sendo uma condição incompatível com as funções de um servidor e funcionário público. Mas nota-se, também, que a notícia da carta escrita pelo amanuense era um elemento que surgia de forma destacada nesses artigos: ao negar a assinatura dos textos, cuja autoria já não era segredo para ninguém, os jornais ironizavam e zombavam da situação. Afinal, Domingos Ribeiro Filho era, mas parecia não querer ser anarquista, como declarava o *Correio da Manhã*.

### “Um anarquista que se converte”

No dia 13 de setembro de 1919, ou seja, cinco dias após a apreensão de seus exemplares e três dias antes da primeira notícia-denúncia sobre Ribeiro Filho ser

50 “O sr. Domingos Ribeiro Filho é, mas não quer ser anarquista”. *Correio da Manhã*, n. 7506. Rio de Janeiro, 17 set.1919. p. 4.

51 “Tarde veio o arrependimento”. *Gazeta de Notícias*, n. 257. Rio de Janeiro, 17 set.1919. p. 5.

publicada, o jornal *Spártacus* prontamente informava, com destaque e em sua primeira página, sobre o confisco de seus exemplares pela polícia. Segundo os editores do impresso,

Os pretextos alegados pela polícia são os mais fúteis possíveis.

Resumem-se no seguinte: 1º Pregamos aqui o assassino de Lloyd George; 2º Pregamos diretamente a revolução; 3º usamos de linguagem desbragada contra as autoridades.

[...] Lembrem-se os trabalhadores que um jornal inglês de S. Paulo, o “Times of Brazil”, reclamou do governo brasileiro providências contra a propaganda anarquista indicando os nomes da “Plebe” e de “Spartacus”.

Não é significativo?

[...] A apreensão de *Spártacus* nos orgulha. Prova que fazemos obra sã, pois apavoramos a burguesia, católica, redentórica ou simplesmente cavadora.

E é o nosso fim.<sup>52</sup>

Já na página seguinte, trazia um texto assinado pelo camarada e colaborador Roberto Feijó, que dava seguimento, com certo tom triunfal, aos comentários sobre o recente confisco. Mas mencionava também como os colegas de jornal haviam recebido a notícia, ainda no calor dos acontecimentos:

Foi apreendida pela polícia, com autorização do governo, a edição deste jornal.

O governo, depois disso, ficou, naturalmente, satisfeito, a polícia também, o clero igualmente, idem a burguesia. Quem não devia estar contente era a rapaziada do jornal, o Oiticica, o Astrojildo, o Domingos Ribeiro, o Octavio, o Barbosa. Em menos de uma hora após saber da memorável façanha, encontrei-os a todos. O Oiticica vinha do Pedro II, das suas lições oficiais, assobiava; o Astrojildo, que não fuma, fumava charuto, regalado numa cadeira; o Domingos, com o olhinho pequeno inundado de regozijo, deitava verve e fazia paradoxos (...).

Foi, pois, um ato bom a apreensão do *Spártacus*, visto que contentou ambos dos lados da barricada, entusiasmou os combatentes e vai, naturalmente, reativar a luta. *Spártacus*, sobretudo, lucrou em ser apreendido. Era um jornaleco ontem; é hoje um jornal”.<sup>53</sup>

Domingos Ribeiro Filho, contudo, não partilharia por muito tempo do espírito de vitória que parecia ter inundado o grupo de colaboradores do *Spártacus*. Isto porque não tardaria para que o amanuense quebrasse o silêncio após a denúncia pública de sua orientação política. Já ausente das páginas do jornal supracitado, sua resposta à imprensa viria exatamente no dia seguinte à primeira denúncia veiculada sobre ele, na edição do mesmo impresso que a havia noticiado em primeira mão.

52 “A apreensão de *Spártacus*”. *Spártacus*, n. 7. Rio de Janeiro, 13 set.1919. p. 1.

53 FEIJÓ, R. “Liberdade de pensamento”. *Spártacus*, n. 7, 13 set.1919. p. 2.

Naquele dia 17, *A Noite* estamparia em sua segunda página uma extensa carta aberta do militante em questão, sugestivamente intitulada “Um anarquista que se converte”.<sup>54</sup> Convém reproduzir a declaração em sua íntegra:

Solenes declarações do Sr. Ribeiro Filho

Com o título “Cousas do passado” recebemos do sr. Domingos Ribeiro Filho a seguinte carta aberta:

“A campanha maximalista toca o seu fim. Vencida e eliminada, todos os que se declaram envolvidos por ela devem fazer a confissão da derrota e refundir as suas crenças e esperanças. Se essas crenças são justas, a justiça se fará; se essas esperanças são cabidas, os corações anarquistas devem ficar tranquilos. E se não o forem? Por que os partidários da revolução deverão obstinar-se numa luta que se tornou odiosa?

Infelizmente, eu errei, e agora vejo o meu erro.

Considero como cousa do passado e definitivamente morta e minha contribuição para a propaganda anarquista que podia ser falseada por quem é incapaz de compreendê-la nos seus elevados termos, como concepção idealista de um mundo melhor, exatamente como as religiões e inúmeras outras filosofias.

Confesso que errei. A minha inteligência não é a de um gênio ou de um semideus. A força da lógica levou-me a excessos que eu mesmo condeno, principalmente quando quis trazer do terreno cerebral para o da vida que não comporta. E eu verifico isso aqui e no universo inteiro.

Antes que seja tardio o meu arrependimento e mesmo como reparação de qualquer mal que casualmente causei a espíritos mais fracos com a minha impetuosidade intelectual, faço aqui um apelo aos antigos camaradas anarquistas nacionais.

A propaganda é inoportuna e errada. Ela fere de frente e de flanco as instituições que bem ou mal nos garantem a vida, a família e o amor do próximo. As ideias não são privilégio de meia dúzia e não dependem de nenhuma propaganda: elas nascem no seu meio e no seu tempo e sua propagação (não a sua propaganda) se faz independente de qualquer grupo que se pretenda detentor da verdade. A verdade é aquela é que convém à maioria, e é, por força, contrária à que convém ao indivíduo. A maioria no nosso país é hostil à anarquia. Por quê? Pelo instinto profundo das multidões que só no futuro extremamente remoto a vida modificará.

Deveis confessar o vosso erro e se há boa fé nos vossos propósitos revolucionários, organizai-vos em partido político e pede e consegue, antes de todo e qualquer movimento, o direito de beligerância. Se não o conseguires, é que estás fora da razão e mesmo (por que não?) fora da lei.

A sociedade tem direitos de defesa contra a anarquia como forma de vida coletiva oposta àquela que é secularmente aceita pela maioria, e essa aceitação é o que constitui a sociedade. Esquecei-vos daquilo que eu disse e escrevi e vinde todos colaborar com o Estado para a realização do vosso ideal que é também o do Estado: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

54 “Um anarquista que se converte”. *A Noite*, n. 2789. Rio de Janeiro, 17 set.1919. p. 2.

Eu prevejo que vós e muita gente me acusará de covardia moral em recusar coerência com ideias anteriormente expendidas. É um caso a discutir se é isso covardia ou se não o era quando, à sombra da lei, eu atacava a lei. Mas vejam todos que a minha inútil bravura moral podia levar-me exatamente nos mesmos excessos que eu pretendia evitar propagando ideias subversivas.

Hoje, sou outro homem, não mais feliz nem com outra face, mas o mesmo, porque estou reparando males causados por minha paixão pela verdade e pela causa dos injustiçados na vida. E eu ia desfigurando a verdade e tornando essa injustiça mais injusta.

Outro conselho que quero dar aos anarquistas, mesmo aqueles que não precisam dos meus conselhos. Sede calmos em todos os tempos e renunciái à esperança de encabeçar revoluções. Jamais a anarquia fará a revolução e quando, por fatalidade ou determinismo histórico, a revolução se desencadeie, absteide-vos de a prolongar ou de agrava-la porque em pouco tempo a sociedade se reconstitui para repudiar-vos como homens; mas, se as vossas ideias são puras e justas, a sociedade restabelecida pratica-las-á, espontaneamente. Tereis, assim, a vitória moral, exatamente como a filosofia do século XVIII.

E aqui fico, ao lado do Estado que tem o dever de garantir a sociedade, para dar e restituir a essa mesma sociedade o que ela nos proporciona de bem, de justiça e segurança.

*Domingos Ribeiro Filho – 15-9-1919*”.<sup>55</sup>

Entre as tantas indagações que a leitura desta carta seguramente nos leva a formular, talvez fosse o caso de começar pela seguinte: como, afinal de contas, Domingos Ribeiro Filho conseguiu espaço para se pronunciar no jornal *A Noite* sobre o seu caso? Qual o interesse do jornal em publicá-lo?

Essas perguntas se justificam porque, embora *Spartacus* viesse aparecendo com destaque entre as notícias da grande imprensa naqueles últimos dias, o mesmo espaço não era cedido, evidentemente, para comentários, versões pessoais ou posicionamentos dos colaboradores daquele periódico anarquista. Afinal, não interessava ao jornal de Irineu Marinho veicular uma interpretação diferente daquela da polícia quanto ao episódio da apreensão, menos ainda ceder espaço a um militante que, se o tivesse, provavelmente o usaria de modo a defender o movimento político do qual fazia parte.

Mas ceder espaço a um militante arrependido, sim. Isso soava interessante para o jornal. Explorar a notícia da suposta “conversão” de um anarquista significava não só fisgar os leitores que vinham acompanhando a polêmica nas páginas da imprensa, mas também dar seguimento à campanha anti-maximalista, em consonância com o discurso propagado pelas autoridades da República Brasileira. A começar pelo título da carta enviada por Domingos Ribeiro Filho, “Cousas do passado”, o conteúdo de seu pronunciamento não deixava dúvidas: o que o amanuense buscava era registrar, publicamente, a sua renúncia ao movimento anarquista, afirmando estar arrependido

55 “Um anarquista que se converte”. *A Noite*, n. 2789. Rio de Janeiro, 17 set.1919. p. 2.

das atividades que vinha exercendo como militante nos últimos anos. Naquele momento, declarava ser “outro homem”, e convidava os leitores a esquecerem daquilo que havia dito e escrito anteriormente, em uma clara referência aos artigos que havia assinado no *Spártacus*.

Aqui, talvez seja interessante ressaltar que Ribeiro Filho também contava, naquela altura, com a presença de Lima Barreto (1881-1922), seu amigo e colega de repartição, como parte do quadro de colaboradores do jornal *A Noite*. Sabe-se que Barreto cultivou relação de longa data com o seu diretor, Irineu Marinho, ligação que remete aos tempos de colégio, quando estudaram juntos.<sup>56</sup> Fato é que a presença de Lima Barreto no *A Noite* nos leva a não descartar a hipótese de que o escritor tenha auxiliado, de alguma forma, na viabilização da publicação da longa carta de seu amigo, Domingos Ribeiro Filho. Afinal, a parceria e a camaradagem entre ambos extrapolava os limites da Secretaria da Guerra: Barreto e Ribeiro Filho também partilhavam diversas iniciativas nas páginas da imprensa carioca durante as duas primeiras décadas do século XX, as quais frequentemente revelaram-se alianças importantes para a manutenção de suas trajetórias no mundo das letras.<sup>57</sup>

Não tardou para que a carta repercutisse na imprensa. No dia 18 de setembro, ou seja, apenas um dia depois da declaração publicada em *A Noite*, o jornal *O Combate* já repercutia a polêmica manifestação do militante. No início da terceira página, aparecia a reprodução do título com o qual a declaração do escritor havia sido publicada inicialmente: “Um anarquista arrependido: declarações sensacionais do sr. Domingos Ribeiro Filho”. O autor do texto, que não está identificado, fazia questão de destacar a intensa repercussão do caso: “RIO, 18 – Tem sido muito comentada a carta endereçada à imprensa pelo Sr. Domingos Ribeiro Filho, um dos redatores do *Spártacus* e muito conhecido pelas suas ideias libertárias”.<sup>58</sup> Em seguida, era reproduzido o parágrafo final da carta publicada em *A Noite*. No dia seguinte, entretanto, a 19 de setembro, *O Combate* decidia reproduzir integralmente a carta em sua primeira página. Dessa vez, surgia veiculada abaixo do jocoso título: “Madalenas... A sensacional conversão de um anarquista”.<sup>59</sup>

56 Marinho e Barreto foram contemporâneos no Liceu Popular Niteroiense ao longo da última década do século XIX. Cf.: BARBOSA, F. de A. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)* [11ª ed.]. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 146.

57 BOTELHO, D.; AMORIM, J. “Lima Barreto e Domingos Ribeiro Filho entre a camaradagem e a crítica”. FONTINELES, C. C. da S.; AGUIAR JÚNIOR, J. de A. F.; MENESES, L. S. S. M. (Org.). *Ramificações da História: política, cultura e sociedade*. v. 1. Teresina: EdUESPI, 2023. p. 247-262.

58 “Um anarquista arrependido: Declarações sensacionais do sr. Domingos Ribeiro Filho”. *O Combate*, n. 1294. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

59 “Madalenas... A sensacional conversão de um anarquista”. *O Combate*, n. 1295. Rio de Janeiro, 19 set.1919. p. 1.

Ainda no dia 18, também o *Correio da Manhã* abriria espaço para que o funcionário público pudesse comentar sobre o seu caso e a questão do maximalismo no Rio de Janeiro. Convém destacar que a matéria dividia a página, não por acaso, com outra extensa entrevista, concedida pelo então Ministro da Guerra do país, João Pandiá Calógeras (1870-1934), que ocupou o cargo durante o governo de Epitácio Pessoa, entre 1919 e 1922. A matéria, que abordava a agenda do Ministro e sua comitiva em tratativas na recente viagem realizada à Europa, fazia questão de encerrar o texto destacando o lema do Ministro: “tudo pelo Brasil!”.<sup>60</sup>

A entrevista com Ribeiro Filho – cujo entrevistador não se identifica – começava chamando a atenção para a ampla circulação do episódio: “O sr. Domingos Ribeiro Filho, funcionário do Ministério da Guerra, foi dado como colaborador de um jornal de tendências veementemente subversivas da ordem pública, e o fato foi largamente comentado”.<sup>61</sup>

Em razão da repercussão do caso, o jornal havia procurado por Ribeiro Filho para “ouvir-lhe as ideias sobre a questão anarquista”, como informava. Ao ser perguntado sobre a sua impressão em relação “a questão maximalista no dia de hoje”, o escritor e amanuense responderia o seguinte:

Pode ser considerada em seu declínio, a campanha maximalista. Já não há mais possibilidade de prosseguir com ela, pois os seus credos estão vencidos e eliminados. Assim, a todos quanto por ela combateram e lutaram só resta a coragem de se declararem vencidos, abandonando as crenças e todas as esperanças que tiveram. Confesso que, dominado por um ideal fulgurante, eu me deixei embalar pelo erro. Já hoje, porém, é coisa inteiramente morta a minha colaboração para a propaganda maximalista. Não é o maximalismo, ainda assim, uma ideia mesquinha. Ela poderá ser falseada pelos que a não compreendem nos seus termos superiores. Mas também as religiões, e as outras filosofias, têm sido todas caluniadas.<sup>62</sup>

O entrevistador questionava então sobre como o amanuense havia se dado conta de seu “erro” passado, ao que prontamente Ribeiro Filho esclarecia:

A verdade é sempre evidente. Eu não tenho, de certo, a inteligência iluminada de um gênio ou de um semideus. Fui conduzido pela lógica. Foi a minha grande ilusão.

60 *Correio da Manhã*, n. 7506. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

61 “O maximalismo no Rio: a respeito do seu caso, fala-nos o sr. Domingos Ribeiro Filho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

62 “O maximalismo no Rio: a respeito do seu caso, fala-nos o sr. Domingos Ribeiro Filho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

Conduzido por ela, levei-me a excessos condenáveis. E quando quis trazer a minha ideia do terreno cerebral para o da vida, verifiquei quanto fora inócuo meu esforço [...].

Hoje, só tenho a dizer a todos os meus camaradas: a propaganda é inoportuna, e além de inoportuna, errada. A vida, a família e o amor do próximo, a solidariedade humana, em suma, sob todas as suas formas, é garantida pela ordem atual do mundo. Mas a ideia anarquista ataca todas essas douradas instituições de flanco e de frente.<sup>63</sup>

Domingos Ribeiro Filho prosseguia, endossando um alerta já sinalizado na declaração feita no *A Noite* para seus “antigos” colegas, que continuavam a insistir no maximalismo:

Quanto aos meus antigos correligionários, eles, como eu próprio o faço, devem confessar o seu erro - e se eles não confessam estarão fora da razão e da lei. Todos, como eu, deverão esquecer as palavras que dissemos, e vir colaborar com o Estado na obra da liberdade, da igualdade e da fraternidade. É certo que muitas pessoas hão de considerar-me um caso de covardia moral. Mas não importa isso; o que importa é saber que a inútil bravura com que eu espalhava os meus pensamentos ainda há pouco ia me levando aos excessos que eu tão valentemente condenava.

Estou redimido hoje – e sou outro homem. Não serei mais feliz, nem terei outra face.<sup>64</sup>

O entrevistador, contudo, insistia em ouvir mais da opinião de Domingos Ribeiro Filho acerca dos militantes anarquistas que decidiam dar seguimento à propaganda de ideias subversivas, ao que o entrevistado respondia:

Se eu os pudesse conduzir desse caminho... Não posso, certamente. Mas posso pedir-lhes que sejam calmos e renunciem à esperança de alcançar revoluções. A anarquia e a revolução são infecundas [...]. Quero que todos os meus companheiros e os meus amigos venham ao posto onde estou, agora, redimido e salvo. E aqui hão de me ver de hora por diante ao lado do Estado, defendendo a sociedade organizada – que é, em suma, a garantia do bem, da justiça e da esperança.<sup>65</sup>

O militante, supostamente redimido e arrependido, comprometia-se publicamente, assim, com o seu afastamento das ideias subversivas, servindo como o perfeito exemplo, aos olhos do Estado, da imprensa e da sociedade brasileira, de que

63 “O maximalismo no Rio: a respeito do seu caso, fala-nos o sr. Domingos Ribeiro Filho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

64 “O maximalismo no Rio: a respeito do seu caso, fala-nos o sr. Domingos Ribeiro Filho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

65 “O maximalismo no Rio: a respeito do seu caso, fala-nos o sr. Domingos Ribeiro Filho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set.1919. p. 3.

parecia ser possível que um anarquista deixasse no passado sua ideologia política e, dessa forma, se “convertesse”.

Mas é curioso notar o modo como o entrevistador do *Correio da Manhã* finalizava a conversa, ao afirmar que o “Sr. Ribeiro Filho falou-nos com tal sinceridade, que julgamos não errar afirmando ser ele um arrependido. Antes assim”. Essas duas frases finais, declaradas pelo entrevistador do *Correio da Manhã*, sugerem algo interessante para a compreensão desse episódio. É a imprensa – espaço de formação de opinião e participante ativa dos debates da sociedade – que marca o início e parece “determinar” o fim desse processo.

Não bastou a publicação e a circulação da notícia sobre a apreensão e empastelamento da *Spártacus* pela polícia, em 8 de setembro. Para que o assunto fosse tomado por encerrado, também não bastou que o escritor enviasse uma carta para o chefe de sua repartição prestando esclarecimentos quanto ao seu envolvimento, como informam que o militante teria feito. A sua “confissão pública” na imprensa, após as várias denúncias veiculadas nessas mesmas páginas, compõe um cenário no qual esses impressos (e o espaço cedido por eles para o “amanuense subversivo” e sua retratação) parecem desempenhar um papel central para uma espécie de “redenção final” daquele “ex-militante”.

Por fim, não deixa de ser interessante observar outro detalhe importante no sentido de compreender as condições que, possivelmente, permitiram que este militante dispusesse de espaço para relatar a sua versão dos acontecimentos. Não é por acaso que os pronunciamentos de Domingos Ribeiro Filho aparecem veiculados nesses dois jornais: *A Noite* e *Correio da Manhã*, ambos produzidos na capital. Enquanto no *A Noite* a presença de seu amigo Lima Barreto talvez explique a viabilização da publicação de seu pronunciamento, no matutino de Bittencourt a explicação parece enveredar por um caminho diferente. Isto porque vale mencionar que Ribeiro Filho já havia colaborado com o *Correio da Manhã* anteriormente, em diferentes momentos. Entre crônicas e contos, o literato havia assinado variados textos, pelo menos desde 1906.<sup>66</sup> Era, portanto, alguém já conhecido pelo diretor do jornal, o que talvez tenha facilitado a realização e publicação dessa entrevista.

De todo modo, nesta altura parece evidente que nos cabe ao menos ponderar sobre a veracidade de um arrependimento tão rápido assim. Afinal, como deixar no passado e tão rapidamente convicções e ideais que guiaram sua trajetória e atuação por anos a fio?

66 Ver, por exemplo: RIBEIRO FILHO, D. “A morte de Epicuro”. *Correio da Manhã*, n. 1759. Rio de Janeiro, 06 mai.1906. p. 1-2. “Sonhadores”. *Correio da Manhã*, n. 2080. Rio de Janeiro, 24 mar.1907. p. 2; “Dominante”. *Correio da Manhã*, n. 3029. Rio de Janeiro, 12 mai.1907. p. 2.

É bastante plausível conjecturar, nesse sentido, que muito provavelmente seu “arrependimento” público não passou de uma arriscada estratégia de sobrevivência. O objetivo era simples, ou ao menos parecia ser: assegurar seu emprego como amanuense da Secretaria da Guerra. Até onde se sabe, o salário mensal como funcionário público foi a principal fonte de renda de Domingos Ribeiro Filho (e conseqüentemente de sua família<sup>67</sup>) ao longo de toda a vida. Afinal, convém lembrar que aquilo que vinha produzindo com a pena na grande imprensa estava longe de lhe assegurar suficiente sustento material. Diante da crescente repressão ao movimento operário, à atuação do movimento anarquista e à imprensa engajada, preservar o emprego significava assegurar ao menos a sua sobrevivência material – ainda que para isso tivesse de romper formalmente com o movimento político do qual fazia parte.

Décadas mais tarde, mais precisamente no ano de 1963, Octavio Brandão, também ex-militante anarquista que se converteu ao comunismo e militou no PCB desde cedo, publicaria, na *Revista Brasiliense*, uma longa crítica à obra de Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, cujo livro havia sido lançado pela editora do partido, Vitória, um ano antes, em 1962. Dentre as inúmeras críticas e divergências de ordem teórica, Brandão alegava que Pereira cometia, na obra, quando não expressivos exageros, graves silencia-mentos. Em ambos os casos, os supostos equívocos de Pereira teriam sido cometidos, segundo Brandão, no que diz respeito à vinculação de intelectuais e militantes brasileiros – em larga medida, seus amigos – com o comunismo e o próprio PCB. Fato é que Octavio Brandão também destacaria algo importante, e que aqui nos interessa particularmente, porque remete ao episódio ocorrido com Domingos Ribeiro Filho em 1919:

O Partido Comunista do Brasil chamou a si vários intelectuais que, dia a dia, durante tantos anos seguidos, militaram nas células e organizações do PC e cumpriram tarefas específicas com a maior fidelidade e dedicação.

Paulo de Lacerda foi advogado – fiel à causa até as portas da loucura!

Constâncio Dulci, agrônomo, foi organizador do PC em Campos [...].

A obra *Formação do PCB* esquece esses e outros intelectuais. Como explicar tamanha conspiração do silêncio? [...]

**Em contraste, *Formação do PCB* destaca os seguintes intelectuais:**

**Domingos Ribeiro Filho. Não pertenceu ao PC. Quando anarquista, fez uma vergonhosa declaração pública, renegando as ideias e o movimento revolucionário. Esta declaração foi explorada pela burguesia da época.**

[...] Por que *Formação do PCB* silencia estes fatos? Por que oculta a verdade histórica?<sup>68</sup>

67 Domingos Ribeiro Filho foi casado com Maria José Alves Ribeiro (antes Maria José da Costa Pereira), com quem teve seis filhos. Cf.: AMORIM, J. *Domingos Ribeiro Filho: entre a crônica e a militância política na revista Careta (1924-1934)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025, p. 28.

Segundo Brandão, a declaração “vergonhosa” de Ribeiro Filho havia sido sabiamente “explorada pela burguesia da época”. É possível que essa última frase guarde alguma relação com a exploração e repercussão do caso pela grande imprensa, como se intentou mostrar neste artigo. Afinal, convém lembrar que os anarquistas entendiam esses jornais como constituintes da “imprensa burguesa”, uma vez que corroboravam os interesses econômicos e políticos das autoridades do governo e de outros grupos e sujeitos oriundos das elites.<sup>69</sup>

Ao longo da Primeira República, especialmente em contexto de maior mobilização política, os jornais da grande imprensa exerceram papel fundamental na divulgação de matérias e opiniões que endossavam a repressão e a perseguição ao movimento anarquista, assim como outras organizações do movimento operário. A reprodução contínua do resultado das ações policiais repressivas, das prisões de operários e militantes libertários e da expulsão do país de imigrantes vinculados à militância política, são alguns dos exemplos que evidenciam o papel importante exercido pela grande imprensa “no sentido de sua atuação pública e influência na opinião da sociedade”.<sup>70</sup> O que se via nesses impressos, portanto, era um espaço importante destinado à criação e reprodução de discursos que criminalizavam, perseguiram e condenavam anarquistas, socialistas e demais trabalhadores e operários – sujeitos que se organizaram e reivindicaram melhores condições de vida e de trabalho.

No caso de Domingos Ribeiro Filho, cuja atuação como militante anarquista se dá em paralelo ao emprego como amanuense na Secretaria da Guerra, a análise das matérias de jornais que veicularam a denúncia de sua atividade política permite observar como a sua condição de funcionário público foi usada para inflar a repercussão e a relevância do caso. Nesse sentido, é importante ressaltar que as edições do *Spártacus* são confiscadas pela polícia, não por acaso, no bojo da crescente perseguição aos anarquistas e “maximalistas”. É também nesse contexto repressivo, cujo papel da grande imprensa foi fundamental, que encontramos o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e *A Noite* rápida e oportunamente interessados em destacar a “afrota” da atuação de um funcionário público do Ministério da Guerra neste jornal anarquista. O caso de Ribeiro Filho, embora circunscrito a um militante específico e à sua experiência individual, adquire novos significados quando visto à luz de um contexto mais amplo: a

68 BRANDÃO, O. “Combates da classe operária”. *Revista Brasiliense*, n. 46. São Paulo, mar/abr.1963. p. 70. [grifo nosso]

69 Ver, por exemplo: FERNANDES, A. “Nós e os jornalistas burgueses”. *Spártacus*, n. 8. Rio de Janeiro, 20/9/1919, p. 3.

70 SAMIS, A. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. Imaginário, 2002. p. 37.

intensificação da repressão ao movimento anarquista entre 1917-1920, na esteira das greves e manifestações que incendiaram o país.

Também podemos nos permitir conjecturar quanto à recepção da declaração feita por Domingos Ribeiro Filho pelo próprio movimento anarquista e seus integrantes à época, então amigos, colegas e camaradas do escritor. Ainda à luz do que afirmaria Brandão décadas mais tarde, é possível considerar que essa recepção tenha sido, em larga medida, indigesta. Mesmo o adjetivo escolhido por Brandão para qualificar o posicionamento de Domingos Ribeiro Filho na imprensa não deixa de ser bastante revelador nesse sentido: sua declaração havia ecoado de maneira “vergonhosa” entre seus antigos camaradas de luta. No limite, parece ter ecoado como uma atitude condenável entre os integrantes de seu movimento. Vale lembrar que o próprio amanuense, à época, na declaração concedida ao *Correio da Manhã*, já esboçava alguma ideia sobre como seu pronunciamento poderia vir a ser compreendido pelos então camaradas: “um caso de covardia moral”.<sup>71</sup>

Se, até o dia 6 de setembro de 1919, é possível encontrar um Domingos Ribeiro Filho atuante e militante nas páginas da imprensa libertária, o inverso seria a regra a partir da denúncia na grande imprensa. Domingos Ribeiro Filho desapareceria não somente das páginas do *Spártacus*, como da imprensa militante e engajada como um todo. O episódio em questão marca uma espécie de divisor de águas em sua trajetória como escritor e militante anarquista. O seu imediato afastamento do movimento e o seu desaparecimento das páginas da imprensa libertária, assim como o encerramento de sua própria trajetória como romancista – cujo último livro, *Miserere*, data desse mesmo ano –, são alguns dos importantes desdobramentos desse episódio.

Ao escolher renegar o movimento e a sua filiação político-ideológica para assegurar sua principal fonte de sustento – o trabalho como amanuense e funcionário público na Secretaria de Guerra do Rio de Janeiro –, esse rompimento incidiria também sobre sua própria atuação na imprensa nos anos seguintes. Mas, uma vez distante das fileiras anarquistas e das páginas da imprensa engajada, ao longo da década de 1920, faria da revista *Careta* e, de modo especial, da sua seção “Looping the Loop”, um espaço privilegiado para continuar difundindo suas ideias e leitura crítica do mundo em que vivia. Neste espaço, suas crônicas continuariam a ecoar, em larga medida, os ideais e pressupostos da tradição e cultura libertárias. Mas essa é uma outra história.

71 “O maximalismo no Rio: a respeito do seu caso, fala-nos o sr. Domingos Ribeiro Filho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18/9/1919, p. 3.